

Núcleo: Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Coordenadora: Luiza Lins Veloso

Período Compreendido: 01 de agosto de 2014 a 31 de janeiro de 2015.

Número de Integrantes afastados:

Três integrantes afastados – Luiza Lins Veloso (Coordenadora), Marina Costa Craveiro Peixoto (Coordenadora Auxiliar) e Carolina Dalla Valle Bedicks (Coordenadora Auxiliar).

Número de Integrantes Membros/Colaboradores: 20 integrantes

Integrantes em 31.01.2015: Luiza Lins Veloso (Coordenadora), Marina Costa Craveiro Peixoto (Coordenadora Auxiliar), Carolina Dalla Valle Bedicks (Coordenadora Auxiliar), Valéria Correa Silva Ferreira (1ª Defensora Pública do NEHABURB), Anáí Arantes Rodrigues (2ª Defensora Pública do NEHABURB), Hellen Cristina Lago Ramos (3ª Defensora Pública do NEHABURB), Rafael Negreiros Dantas de Lima (4ª Defensora Pública do NEHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensora Pública do NEHABURB), Debora Machado Cavalcante (6ª Defensora Pública do NEHABURB), Adriana Vinhas Bueno (7ª Defensora Pública do NEHABURB), Felipe Amorim Princesa (8ª Defensoria Pública do NEHABURB), Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes (9ª Defensoria Pública do NEHABURB), Ana Carolina Oliveira Golvim Schwan (10ª Defensoria Pública do NEHABURB), Rafael Paula Eduardo Faber (11ª Defensoria Pública do NEHABURB), Lucas Akira Pascoto Nishikawa (12ª Defensoria Pública do NEHABURB), Vanessa Chalegre de Andrade Franca (13ª Defensoria Pública do NEHABURB), Allan Ramalho Ferreira (14ª Defensoria Pública do NEHABURB), Luciana Jordão da Motta A. de Carvalho (15ª Defensoria Pública do NEHABURB), Sabrina Nasser de Carvalho (16ª Defensoria Pública do NEHABURB), Leandro Silvestre Rodrigues e Silva (17ª Defensoria Pública do NEHABURB).

Atividades Desenvolvidas

1) **Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos**

O Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, no período objeto do presente relatório, atualizou o seu subportal com modelos de peças, legislação, jurisprudência e demais assuntos de interesse para atuação na temática da habitação e urbanismo. No período, foram enviados por e-mail institucional quatro boletins informativos (anexo 1), com notícias, informações sobre eventos e material de apoio.

2) **Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos**

2.1. Medidas Judiciais e Extrajudiciais propostas isoladamente

A – Lista de ações propostas (iniciais ou primeiras manifestações em ações em curso).

Comunidade	Peça/Tipo de ação	Fase atual
Comunidade São Caetano	Contestação em Reintegração de posse, Comarca de São Caetano do Sul, autos nº 1005348-48.2014.8.26.0565	Cumprimento da liminar de reintegração de posse
Comunidade Vila Prudente	Contestação em Reintegração de posse, Comarca de São Paulo, autos nº 1009062-35.2014.8.26.0009	Extinto por desistência da parte autora
Comunidade Várzea Paulista	Contestação em Reintegração de posse, Comarca de Várzea Paulista, autos nº 0005868-46.2014.8.26.0655	Extinto por acordo em audiência, mas mandado de reintegração cumprido em razão de os réus não terem saído espontaneamente

Comunidade Fazendinha	Petição Inicial, Ação Civil Pública, Comarca de São Paulo, autos 1043781-08.2014.8.26.0053	Contestação
Comunidade Jardim Corisco – Trecho Norte do Rodoanel	Contestação em Desapropriação, Comarca de São Paulo, autos 1021283-15.2014.8.26.0053	Aguardando depósito para imissão na posse

B – Lista de ações extrajudiciais

B.1 – Caso Campo Belo. O Núcleo de Habitação e Urbanismo, em 2013, ajuizou Ação Civil Pública em face do Estado de São Paulo buscando a anulação de licitações para a venda de 60 imóveis de titularidade do Estado que estão ocupados por população de baixa renda desde a década de 1970. Houve a concessão do pedido liminar para suspender os leilões, mas o Estado ingressou com pedido de suspensão de liminar, que foi julgada procedente. A Defensoria recorreu da decisão do Presidente do TJ que concedeu a suspensão de liminar, mas todos os recursos foram denegados, tendo o presidente, inclusive, negado seguimento ao recurso especial e ao recurso extraordinário, sob a fundamentação de que a decisão é política, tendo em vista a ocorrência de lesão à ordem econômica. Contra essa decisão foram interpostos os agravos contra despacho denegatório, que foram remetidos ao STJ, mas ainda não foram julgados. A ACP para a anulação dos leilões foi julgada procedente, tendo o Estado interposto recurso de apelação, sem julgamento ainda. Contudo, como há a suspensão de liminar procedente, ela prevalece em relação à sentença de procedência até que haja o trânsito em julgado da ACP. Assim, tendo em vista o risco de o Estado dar seguimento aos leilões, assegurado pela suspensão da liminar, e com o objetivo de mobilizar os moradores e alertá-los sobre a necessidade de organizarem os documentos que comprovam a sua posse, com vistas a uma possível judicialização do pedido de concessão de uso especial para fins de moradia, o Núcleo de Habitação realizou pedidos administrativos de concessão de uso especial para fins de moradia em favor de 161 (cento e sessenta e um) moradores. Os pedidos contaram com o suporte da arquiteta do Núcleo para a localização e identificação nos mapas de cada moradia. Contudo, o Estado de São Paulo devolveu à Defensoria, até o momento, 125 (cento e vinte e cinco) pedidos, com a afirmação de que não cumpriam os requisitos previstos na Medida Provisória nº 2.220/2001, motivo pelo qual não poderiam ser analisados. Após reunião com a

Defensoria, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado informou que ofereceu os imóveis em questão em doação ao Município de São Paulo para a inserção na área da Operação Urbana Águas Espraiadas, com vistas à regularização fundiária e urbanística dos imóveis, tendo encaminhado para a Defensoria a cópia do ofício enviado ao Município, bem como a lista dos imóveis a serem doados. Assim, tendo em vista a possibilidade de doação dos imóveis para o Município com o objetivo de regularização, o Núcleo entrou em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, tendo sido agendada uma reunião para o próximo dia 13.02.2015 para tratar da possível recepção da doação pelo Município e da regularização da área.

B.2 – Caso Soma. Desde novembro de 2013, o Núcleo acompanha uma comunidade na cidade de Sumaré, conhecida como “Soma”, composta por cerca de 2.000 famílias. O Núcleo passou a atuar no caso a pedido do advogado dos ocupantes da área. A comunidade foi ré em ação de reintegração de posse julgada procedente. Posteriormente, em razão da falta de cumprimento da sentença pela parte autora, o Ministério Público da cidade de Sumaré ajuizou de ação civil pública em face do proprietário do terreno, dos ocupantes e do Município, visando a desocupação da área. A Defensoria ingressou na fase em que estava em trâmite a ação civil pública. No primeiro semestre de 2014, durante o mandato anterior no NUHABURB, a Defensoria conseguiu a suspensão da liminar na ação civil pública, a qual determinava a desocupação do terreno, e logrou formar um grupo de trabalho, composto por representantes das três esferas de governo, a fim de buscar uma solução alternativa de moradia para as famílias da comunidade. No segundo semestre de 2014, o Núcleo então esteve presente em reuniões mensais do grupo de trabalho, auxiliando na busca de alternativas. Houve ainda uma audiência na ação civil pública, no mês de setembro, na qual a Defensoria participou e foi obtido acordo entre o Ministério Público, ocupantes e proprietário da área para que esta fosse desocupada em março de 2015. Em setembro, o Núcleo participou de seminário na Caixa Econômica Federal sobre o programa “Minha Casa, Minha Vida – entidades” e atualmente o grupo de trabalho caminha para uma solução de construção de moradias por meio desse programa. Durante o segundo semestre de 2014, buscamos áreas na cidade de Sumaré, onde o projeto pudesse ser realizado. Enfrentamos grande resistência da Prefeitura em auxiliar na viabilização do projeto. Porém, hoje as negociações estão mais avançadas e já há uma construtora escolhida para realizar o projeto. A desocupação do terreno, segundo acordo feito em audiência, terá que se dar em março do presente ano.

B.3 – Reuniões com órgãos públicos. Durante o período compreendido neste relatório, o Núcleo participou de diversas reuniões com órgãos públicos. Houve reunião com a Secretaria Municipal de Habitação, para tratar da divulgação da lista de espera da COHAB e SEHAB, bem como de dados dos empreendimentos em andamento. Houve reunião com a Secretaria de Habitação do Estado, para tratar do caso da comunidade de Sumaré (“Soma”). Reunião com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Estado, a respeito do caso de Campo Belo. Reunião com a Procuradoria do Município, também para tratar de caso que há atuação do Núcleo. Diversas reuniões com a CDHU e SEHAB para tratar de casos específicos. Reunião com a Coordenadoria de Projetos e Obras, para tratar do caso da Comunidade Parque das Flores, na Zona Leste de São Paulo. Reunião com a SPU para tratar do problema habitacional das comunidades caiçaras da cidade de São Sebastião. Reunião com a Secretaria de Assuntos Jurídicos e com a Secretaria de Habitação de Itapeverica da Serra, para tratar da regularização do Conjunto Habitacional Primavera.

B.4 – Visita às Comunidades. No período o Núcleo realizou visitas às comunidades Parque das Flores (Itaquera), Jardim Rosana (Campo Limpo), Vila Aymoré e Vila Any (São Miguel e Guarulhos). As visitas se deram com o objetivo de conhecer a comunidade e o espaço em que vivem, esclarecer dúvidas jurídicas dos moradores, bem como para que a Arquiteta do Núcleo e, em alguns casos, a Socióloga do Convive, que auxilia o Núcleo em casos específicos (já que o Núcleo não possui agente sociólogo), pudessem elaborar seus relatórios técnicos para subsidiar a atuação da Defensoria Pública.

B.5 – Participação em audiências públicas. No período, o núcleo participou de duas audiências públicas na Assembleia Legislativa de São Paulo sobre a Parceria Público Privada da Habitação. Ademais, participou de outras duas audiências públicas sobre a nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da cidade de São Paulo.

B.6 – Reintegração de posse na Avenida São João. Em 16 de setembro de 2014, o Núcleo de Habitação e Urbanismo acompanhou o cumprimento da ordem de reintegração de posse do prédio do antigo Hotel Aquarius, na Avenida São João, nº 601, no Centro de São Paulo. Tendo em vista a violência com que ocorreu a reintegração de posse e diante das violações de direitos e garantias dos ocupantes do prédio e das prerrogativas das Defensoras Públicas e advogados dos moradores praticadas pela Polícia Militar, o Núcleo encaminhou à Secretaria de Segurança Pública ofício com recomendações e explicações sobre o papel da Polícia no cumprimento de reintegrações de posse, reiterando ofício anteriormente enviado.

2.2. Medidas Judiciais propostas conjuntamente com Defensor Natural

Em ação civil pública relativa a loteamento irregular na cidade de São Paulo, bairro de Itaquera, o Núcleo, em conjunto com a unidade de Itaquera, elaborou réplicas para as contestações dos 3 (três) réus do processo (loteador, Município e associação de moradores).

3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas

O Núcleo e a EDEPE organizaram um curso de formação em conjunto com a Escola do Ministério Público de São Paulo, cujo tema foi “Instrumentos urbanísticos e políticas de terras: temas críticos para a atuação em habitação e urbanismo”.

O curso teve carga horária de 20 horas e ocorreu nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2014.

No total 20 Defensores participaram do curso.

Neste semestre a EDEPE entregou ao Núcleo os exemplares da Revista da Defensoria Pública – Edição Especial de Habitação e Urbanismo. A Revista foi desenvolvida nos semestres anteriores, mas publicada apenas em janeiro de 2015. Os exemplares serão distribuídos entre os Defensores Públicos atuantes na área, bem como àqueles que escreveram artigos para a Revista.

A agente do Núcleo faz parte da atual composição da Comissão de Estudos Interdisciplinares (CEI), como representante dos agentes dos Núcleos Especializados. A CEI tem por atribuição analisar casos paradigmáticos, sugerir rotinas ao Conselho Superior, apontar diretrizes de atuação e apreciar propostas formuladas pela ATP. Pretendemos levar a este espaço de debate a necessidade de incremento do trabalho interdisciplinar na Defensoria, com a colaboração de profissionais de diversas áreas de conhecimento, como engenheiros, geólogos, geógrafos, dentro da diversidade necessária ao pleno desenvolvimento da interdisciplinaridade nos Núcleos Especializados.

Ainda, a arquiteta do Núcleo participou do III Seminário sobre áreas de Preservação Permanentes em Área Urbana, em setembro de 2014, com apresentação de artigo resultante de parecer técnico realizado para defesa de moradores de baixa renda no Município de Jacareí.

4) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas

O Núcleo Especializado, nesse semestre, enfatizou o intercâmbio entre as mais diversas entidades, sejam públicas ou privadas, para execução de suas atividades. São exemplos:

4.1. Manutenção e aprimoramento do convênio com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica - EM/PUC.

Com o ingresso da atual Coordenação foram realizadas reuniões de apresentação no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e no Escritório Modelo da PUC, oportunidade em que foram discutidos casos e temas para atuação conjunta.

Os convênios, para além de um mecanismo de encaminhamento de casos, mostram-se importantes por manter um canal aberto de diálogo e troca de experiências entre as entidades. Algumas estratégias de enfrentamento de violações de direito de grande porte são elaboradas em conjunto, como cartas abertas e manifestos.

4.2. Diálogo com o Ministério Público Estadual.

Em novembro de 2014, o Núcleo de Habitação e Urbanismo participou da Cerimônia de Abertura do 18º Congresso do Meio Ambiente e do 12º Congresso Habitação e Urbanismo do Ministério Público Estadual, representando o Defensor Público-Geral do Estado.

Em outra oportunidade, o Núcleo de Habitação e Urbanismo participou de reunião no Ministério Público Estadual para tutelar os direitos das Comunidades do Buraco Quente e do Comando, ambas atingidas pelas obras de expansão do Metrô. Com a participação de representantes da CDHU, Prefeitura de São Paulo e Metro, foi acordado o reajuste anual do auxílio aluguel pelo IGPM, bem como o envio de carta com informações sobre o andamento das obras a cada 60 (sessenta) dias às famílias removidas.

4.3. Atuação conjunta com o Ministério Público Federal.

O Núcleo de Habitação e Urbanismo participa de Grupo de Trabalho Interinstitucional, criado por iniciativa do Ministério Público Federal, que atua na regularização fundiária do litoral norte de São Paulo. Também compõe o GT: Ministério Público Estadual, INCRA, Procuradoria do Estado, SPU. Já foram realizadas reuniões em São Paulo e em São Sebastião. Destaca-se a existência de comunidades tradicionais, bem como conflitos de interesse político e econômico na região.

O Núcleo de Habitação e Urbanismo assinou petição conjunta com membro do Ministério Público Federal nos autos da ação civil pública distribuída pelas duas instituições e que busca salvaguardar o direito à moradia da população atingida pelas obras do Trecho Norte do Rodoanel.

4.4. Possibilidade de novos convênios.

Em setembro de 2014, o Núcleo de habitação e Urbanismo, juntamente com a Assessoria de Convênios, participou de reunião com o CREA para tratar das perícias complexas. Diariamente, o Núcleo de Habitação e Urbanismo e os Defensores Públicos que atuam na área de direito à moradia deparam-se com a dificuldade de prestar a melhor assistência jurídica diante da ausência de técnicos que possam realizar perícias complexas, como, por exemplo, avaliar áreas indicadas como de risco pelo Poder Público e apontar soluções para a eliminação desses riscos, perícia para a realização de usucapião coletivo, segurança e qualidade de construções de conjuntos habitacionais etc. Assim, o Núcleo solicitou à Assessoria de Convênios a contratação através de convênios de instituições ou órgãos que pudessem prestar essa assessoria técnica à Defensoria. Houve essa primeira conversa com o CREA, mas ainda não há resposta se o órgão conseguirá ou não atender à demanda da Defensoria Pública.

Em novembro de 2014, realizamos reunião no Instituto de Pesquisas Tecnológicas, juntamente com a Assessoria de Convênios, quando foram apresentados os laboratórios do instituto e as parcerias realizadas com empresas e órgãos de Estado, com vistas a possível convênio para elaboração de perícias complexas.

4.5. Diálogo com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

O Núcleo participou de jantar em que foi debatido um projeto piloto de regularização fundiária em loteamento situado na cidade de Guarulhos. O projeto é fruto de uma incubadora de ideias instalada no Judiciário pelo atual Presidente do Tribunal de Justiça.

Ainda no âmbito do Tribunal de Justiça bandeirante, o Núcleo de Habitação e Urbanismo participou de encontro dos juízes integrantes do grupo de estudo de direito urbanístico, realizado na Escola da Magistratura. Na ocasião foram debatidos diversos temas de urbanismo e houve um rico intercâmbio de ideias entre Defensoria e magistrados.

4.6. Participação no processo de discussão da Parceria Público Privada da Habitação

Conforme já exposto anteriormente, o Núcleo de Habitação e Urbanismo participou de duas audiências públicas na Assembleia Legislativa para discussão do projeto de Parceria Público-Privada da Habitação de autoria do Estado em convênio com o Município de São Paulo. Além de ouvir a opinião da sociedade civil sobre o projeto, a Defensoria Pública pode realizar perguntas ao Secretário de Habitação do Estado de São Paulo, presente à segunda audiência pública sobre o andamento do projeto e sobre o atendimento habitacional a possíveis afetados.

A Parceria Público Privada da Habitação também foi objeto de discussão por Grupo de Estudo, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Referido grupo, formado por profissionais de diversas áreas, e que o Núcleo de Habitação e Urbanismo também integra, busca analisar o projeto do Governo do Estado e encontrar soluções que assegurem os direitos da população atingida.

4.7. Debate na Fundação Getúlio Vargas

Em dezembro de 2014, o Núcleo de Habitação e Urbanismo, a convite do pesquisador e professor da Fundação Getúlio Vargas Thiago dos Santos Acca, participou de debate com Fernando Bruno Filho, Diretor do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade da Prefeitura de São Paulo, a respeito dos mecanismos de indução da função social da propriedade, com ênfase no instrumento do IPTU progressivo e nas notificações que a Prefeitura vem realizando aos proprietários de imóveis não utilizados, subutilizados ou não edificadas no Município de São Paulo. O debate será divulgado nos próximos meses pela FGV através da *internet*.

4.8. Organização da V Jornada da Moradia Digna

O Núcleo participa de reuniões quinzenais para organização da V Jornada da Moradia Digna. A Jornada é um evento que surgiu a partir da criação do NHABURB, mas envolve a participação de diversas entidades (Escritório Modelo da PUC, Centro Gaspar Garcia, Pastoral da Moradia, entre outros), bem como movimentos de moradia.

A Jornada tem por objetivo ser um fórum para fortalecimento da luta pela moradia digna, por meio de articulação com os movimentos, palestras informativas e debate de casos.

A V Jornada ocorrerá em um final de semana no mês de julho. Nos meses de março e abril ocorrerão as pré-jornadas, realizadas em comunidades escolhidas pelo grupo organizador.

O tema escolhido para a V Jornada é: “JUSTIÇA PARA QUEM? O PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA NOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS”.

5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado

O Núcleo de Habitação e Urbanismo, atualmente, integra dois Conselhos Estaduais afetos a sua área de atuação: Conselho Estadual do Saneamento (Titular – Marina Costa Craveiro Peixoto; Suplente – Carolina Dalla Valle Bedicks) e Conselho Estadual do Desenvolvimento Urbano (Titular – Carolina Dalla Valle Bedicks; Suplente – Luiza Lins Veloso). Embora já tenha

havido a indicação dos nomes das Defensoras para compor os dois Conselhos, ainda não houve a posse ou mesmo qualquer reunião.

6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado

O Núcleo Especializado está permanentemente à disposição dos defensores naturais para esclarecimento de dúvidas, auxílio em casos específicos, troca de ideias sobre questões variadas ou qualquer outra demanda que se fizer presente, sendo constantemente provocado com questionamentos por e-mail ou telefone, respondendo-os prontamente.

No período compreendido no relatório foram feitos 81 (oitenta e um) suportes, conforme tabela anexa (anexo 5).

Ademais, foram feitas visitas nas Unidades de Santo Amaro, São Bernardo do Campo, Guarulhos e Itaqucetuba. Na Unidade de Guarulhos, o Núcleo acompanhou a Defensora atuante na cidade em reunião com a comunidade. Em Itaqucetuba, o Núcleo acompanhou os Defensores da Unidade em reunião no Batalhão da Polícia Militar sobre reintegração de posse que ocorrerá em fevereiro de 2015. Após a visita à Unidade de São Bernardo, a agente arquiteta enviou subsídios para busca de informações técnicas disponíveis no site da prefeitura, além de disponibilizar relatório de um seminário realizado na Universidade Federal do ABC, que versou sobre urbanização de favelas, com destaque para projetos realizados em São Bernardo do Campo.

Também, podemos destacar o desenvolvimento de alguns trabalhos de alta complexidade realizados pela equipe técnica do Núcleo, atendendo demandas das Unidades. Quanto aos trabalhos técnicos executados, haja vista a crescente demanda voltada à área técnica especializada, adotamos três níveis de complexidade em relação às tarefas executadas, para diferenciação entre instruções simples, que exigem menos tempo, e tarefas complexas, como análise de relatórios técnicos, e pareceres técnicos, que exigem vistorias e maior tempo de análise.

Começando pelos trabalhos complexos, estamos em processo de elaboração de um parecer técnico solicitado pela unidade de São José dos Campos, para avaliação de uma grande obra viária de interesse do município, que deverá cortar uma área de preservação ambiental onde vivem núcleos de baixa renda. A análise técnica se baseia em uma vistoria, realizada em outubro de 2014, e na análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), com 4 volumes de 720 páginas e 2 volumes de anexos. Este trabalho expôs, novamente, a fragilidade técnica do núcleo, que conta com um único profissional, que deve avaliar trabalhos de alta complexidade, elaborados por equipes multidisciplinares.

Foram consideradas de média complexidade, as instruções que possuem procedimentos padronizados, com fontes de pesquisa previamente conhecidas e que exigem menor tempo para realização. Testamos um curso de suporte técnico na unidade de Santo Amaro, com um breve treinamento para utilização de ferramentas disponíveis na internet e conhecimento de material de apoio, como Planos diretores, Leis de Uso e Ocupação do Solo e base de dados do município de São Paulo. Avaliamos que o curso provocou aumento de demanda ao núcleo em relação às instruções de baixa complexidade, que se esperava sanar com a aplicação do curso. Em vez de treinar um profissional local para elaboração de instruções simples, como localização geográfica ou identificação de zoneamento, o curso fomentou a procura pela arquiteta do Núcleo, como pode ser visto no número de pedidos de suporte de Santo Amaro, 9 solicitações de instrução no período, que vão desde pedidos simples, de localização de área, até pedidos mais complexos, para identificação de matrículas.

Como identificamos o gradual aumento da demanda pela atuação da arquiteta do Núcleo em apoio às Unidades, passaremos a realizar estatísticas dos trabalhos efetuados, por grau de complexidade:

1. Análise de Ações Judiciais para prévia elaboração de quesitos técnicos e posterior questionamento das perícias judiciais realizadas – alta complexidade – 1 pedido para elaboração de quesitos – Jardim Pantanal, São Miguel Paulista;
2. Participação em trabalhos de caráter interdisciplinar, de iniciativa de Defensores Públicos das unidades e agentes lotados nos núcleos especializados, a fim de abordar a real dimensão de questões que envolvem a tutela coletiva, agregando um universo mais amplo de conhecimentos proporcionados pela interação entre urbanista, sociólogos, assistentes sociais e psicólogos – alta complexidade – 1 parecer – Via Banhado em São José dos Campos.
3. Suportes diversos para as Unidades – baixa complexidade – 23 suportes.

O Núcleo acompanhou junto com o Defensor natural da unidade de Santo Amaro uma reintegração de posse ocorrida na zona sul. Apesar de se tratar de uma reintegração com número pequeno de famílias (cerca de 20), havia fortes indícios de possível violência durante o procedimento e diante disso o Núcleo foi acionado para acompanhar os trabalhos.

Por fim, o Núcleo apresentou e foi aprovada no último Encontro Estadual de Defensores Públicos Tese Institucional sobre a usucapião de bens pertencentes a companhia habitacional, cuja ementa segue: “É possível a usucapião de imóvel que companhia habitacional como COHAB ou CDHU figure como titular registral.”

7) Acionamento de Cortes Internacionais

Não foi acionada nenhuma Corte Internacional nesse período.

8) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública

No período a que se refere esse relatório, as principais ações do núcleo no sentido de implementar o plano foram: acompanhamento administrativo e judicial de casos em que há risco ao direito à moradia e à cidade, com especial atenção a casos em que a comunidade se encontra em área de risco; atuação judicial e extrajudicial com vistas a evitar a prática de remoções compulsórias; participação de reuniões para discussão de projetos de lei afetos à temática.

No mês de dezembro o Núcleo participou de reunião de monitoramento do IV Ciclo de Conferências, realizada com a sociedade civil. Foi elaborado relatório, apresentado na reunião, sobre as ações adotadas pelo núcleo para a implementação de cada proposta do plano que envolvia a temática de habitação e urbanismo.

No semestre, foram realizadas quatro reuniões com a Primeira Subdefensoria para traçar o planejamento estratégico dos Núcleos. Apesar das peculiaridades e diferenças de cada Núcleo, discutiu-se quais os pontos fortes e fracos em comum de todos os Núcleos, para se chegar a um planejamento estratégico único. Ainda serão realizadas mais reuniões sobre o assunto.

9) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais

Intensificação das visitas nas comunidades, que têm também como objetivo levar a elas as informações que normalmente não chegariam. Concessão de diversas entrevistas para jornalistas e pesquisadores, como forma de ajudar a difundir as questões afetas à temática de habitação sob o prisma da defesa do direito à cidade e à moradia.

10) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências

O Núcleo participou de duas reuniões da Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do CONDEGE em Belo Horizonte e em Fortaleza.

Na reunião de agosto de 2014, em Belo Horizonte, a Coordenação da Comissão comunicou que enviou ao Ministério das Cidades uma minuta de convênio para a realização de perícias complexas para as Defensorias Públicas Estaduais, ainda sem retorno. Foi discutida a possibilidade de convênios com Universidades ou entidades de classe como CREA e CAU, mas

nem todas as Defensorias dos Estados conseguiram essa aproximação para firmar convênios. Por isso, a necessidade de uma solução junto ao Ministério das Cidades. Foi aprovado que a Comissão irá apresentar uma nota técnica aos Defensores Públicos-Gerais, na reunião mensal do CONDEGE, para que os Defensores Públicos-Gerais apresentem aos Municípios a proposta de criação de Conselhos Municipais das Cidades, com a participação da Defensoria Pública, bem como para que todas as Defensorias criem Núcleos Especializados sobre o Direito à Moradia. Ainda, discutiu-se o Programa Minha Casa Minha Vida e as principais dúvidas e problemas relacionados a ele. Houve, também, a discussão sobre a possibilidade de indenização da posse nos casos de deslocamentos forçados, estabelecendo-se que a representante da Defensoria de Minas Gerais iria escrever uma nota sobre o tema.

Acordou-se que todas as Defensorias iriam preencher a planilha sobre conflitos fundiários elaborada pela Defensoria de São Paulo. A planilha deverá ser entregue por todos até 20.02.2015 (anexo 6). Também, discutiu-se que todas as Defensorias deveria pensar em realizar uma ação nacional sobre o direito à moradia, que poderia ser feita no dia 08 de abril, dia nacional da moradia. A forma e os temas das palestras do Seminário Nacional a ser realizado em março de 2015, em Manaus, também foi debatida.

Na reunião de novembro de 2014, em Fortaleza, a Coordenação comunicou que apresentou ao CONDEGE o relatório anual da Comissão e que na reunião do CONDEGE foram pautadas a aprovação da realização do Seminário Nacional em Manaus, a aprovação da Minuta da Resolução para criação dos Núcleos Especializados e da Nota Técnica para a criação de Conselhos Municipais das Cidades, mas ainda não tinha notícia sobre os resultados das discussões. Após as comunicações, cada representante das Defensorias dos Estados relatou a situação dos Núcleos e as dificuldades de atuação na defesa do direito à moradia.

Houve a discussão sobre o acompanhamento das propostas legislativas sobre moradia e questões fundiárias. A Coordenação informou que consultou os Ministérios competentes, mas que ainda não houve resposta. Deliberou-se pelo encaminhamento de ofícios ao IBDU e à Ouvidoria Agrária Nacional, para que informem quais projetos de leis acompanham sobre o tema.

Novamente, discutiu-se a questão da indenização da posse, tendo a representante da Defensoria de Minas Gerais apresentado a nota técnica para discussão e apreciação de todos.

A Coordenação informou que o Ministério das Cidades ainda está analisando a minuta de convênio para perícias complexas. Realizará nova reunião em Brasília sobre o assunto.

Foi definido o calendário de reuniões de 2015 e eleita a nova coordenação. Por unanimidade, deliberou-se que a Defensoria do Rio Grande do Sul continuaria na coordenação, a Defensoria de Minas Gerais assumirá a coordenação adjunta e a Defensoria de São Paulo, a secretaria.

A coordenação informou que enviou ao Ministério das Cidades um ofício com as principais dúvidas e problemas enfrentados pelas Defensorias em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Novamente, discutiu-se o preenchimento da planilha de conflitos fundiários por cada Estado e a ação nacional pelo direito à moradia. Nesse tema, a Comissão deliberou por encaminhar ao CONDEGE pedido para a instituição da Semana Nacional de Defesa do Direito à Moradia, que em 2015 seria do dia 04 a 10 de abril.

Discutiu-se, mais uma vez, o Seminário Nacional. A programação provisória do Seminário foi novamente repassada aos presentes para sugestões. Foram definidos os temas a serem abordados, os palestrantes que serão convidados e o tempo de cada palestra.

Foram definidas as ações do Plano de Trabalho de 2014 e foram apresentadas sugestões para o Plano de Trabalho de 2015.

O Núcleo participou de reunião organizada pela ENADEP na cidade de São Paulo, ocasião em que integrou a Comissão Especial de Mobilidade Urbana e Transporte Público. Foram discutidos temas de mobilidade, com foco especial nas pessoas de baixa renda e com deficiência física. Foi apresentada proposta, posteriormente acolhida, de alteração do objeto da Comissão para “Direito à Cidade”.

11) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade

Inicialmente, observe-se que diversos Procedimentos Administrativos do núcleo tratam de questões relativas a políticas públicas referentes à temática de habitação e urbanismo (fiscalização de áreas de ZEIS, programas específicos de habitação de interesse social, política de financiamento público para aquisição de imóveis etc). Desta forma, o Núcleo acompanha e estuda possibilidades de políticas públicas que possa contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização e para a redução das desigualdades sociais.

Neste contexto, o Núcleo encaminhou à Secretaria de Segurança Pública ofício com recomendações de como a Polícia deve agir no cumprimento de ordens de reintegrações de posse. Após tal ofício, a Secretaria de Segurança Pública realizou uma reunião com a Defensoria Pública, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Escritório Modelo da PUC e representantes da sociedade civil para se chegar a uma forma de atuação da Polícia sem que haja a violação dos direitos e garantias dos ocupantes quando do cumprimento da ordem. Na reunião os participantes puderam expor suas reclamações e denúncias contra a Polícia, que se mostrou aberta ao diálogo e com o objetivo de promover melhorias em sua atuação.

12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade

O Núcleo de Habitação vem discutindo com outras entidades que trabalham com a temática da habitação e outras Defensorias algumas possibilidades/necessidades de atuação no sentido de alterações legislativas.

Durante o mês de janeiro de 2015, o Núcleo participou de duas audiências públicas sobre as alterações na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo. Nas duas oportunidades, a Prefeitura, representada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, expôs as modificações que pretende realizar na Lei, adequando-a ao novo Plano Diretor, e ouviu as propostas da sociedade civil. Tendo em vista que o ponto central do debate nas audiências públicas foi a demarcação das zonas especiais de interesse social – ZEIS e que alguns moradores de áreas em que houve a indicação de ZEIS mostraram-se contrários a tal demarcação, o NEHABURB juntamente com várias entidades, instituições e movimentos sociais de moradia assinaram uma Carta Aberta em defesa das ZEIS (anexo 8).

O Núcleo possui Procedimento Administrativo de Investigação Preliminar para o estudo e acompanhamento de atuação extrajudicial em despejos forçados no Estado de São Paulo. Neste contexto, vem articulando junto à Assessoria Parlamentar da Defensoria Pública-Geral e da APADEP para a aprovação do PL 572/2005, que dispõe sobre a criação de Comissão Especial para análise de despejos e estabelece procedimentos de comunicação em caso de despejo no Estado de São Paulo. Ainda, o Núcleo sugere emenda para a inclusão da Defensoria Pública entre as entidades que participarão da comissão.

13) Outras ações desenvolvidas

A – Atuação judicial. Além das ações judiciais propostas no período, já elencadas nos itens “2.1.A”, o núcleo acompanha, atualmente 100 (cem) ações judiciais, como se pode observar pela tabela e relatório de acompanhamento de processos (anexo 2). No período, foram recebidos 35 (trinta e cinco) processos judiciais.

No semestre, além das iniciais e contestações constantes do item 2.1 – A.1, o Núcleo elaborou as seguintes peças processuais:

Tipo de peça	Quantidade
Pedido de reconsideração	2
Agravo contra despacho denegatório de RE	8

ou RESP	
Agravo de instrumento	5
Réplica	5
Embargos de declaração	6
Recurso Especial	3
Recurso Extraordinário	3
Contrarrazões de Apelação	1
Contraminuta de Agravo de Instrumento	1
Petições diversas	32
Sustentação oral	1

B – Acompanhamento de procedimentos administrativos. O núcleo acompanha atualmente 96 (noventa e seis) procedimentos administrativos ou pedidos de providência, não judicializados, sendo que a lista dos procedimentos e últimos andamentos seguem no anexo 3. No período foram abertos 12 (doze) procedimentos administrativos ou pedidos de providência e foram realizados 29 (vinte e nove) arquivamentos.

No período, foram enviados 221 (duzentos e vinte e um) ofícios, além das reiteraões, e 04 (quatro) memorandos.

C – Atendimentos coletivos. Praticamente todos os dias, de segunda à quinta-feira, são realizados atendimentos de comunidades que agendaram atendimento, seja para saber andamento de Procedimento Administrativo, seja para dar entrada em casos novos. A agenda de atendimento pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 7).

D – Reuniões e Eventos. Além dos atendimentos coletivos, o núcleo participa de diversas reuniões, com lideranças, entidades parceiras, representantes do Poder Público, Ministério Público etc., em geral para tratar de questões relacionadas ao atendimento de comunidades específicas. Eventualmente, tais reuniões se tratam de questões mais abrangentes, que dizem respeito a diversas comunidades, ou a alguma questão genérica ligada à temática da habitação e urbanismo. Além disso, participamos de alguns eventos relacionados à temática de Habitação e Urbanismo. As atas dessas reuniões estão nos respectivos Procedimentos Administrativos e a agenda pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 7).

E – Reuniões ordinárias. As atas das reuniões ordinárias do núcleo podem ser verificadas no Anexo 4.

14) Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo

No período, não foi indeferido nenhum atendimento. Os casos de arquivamento foram todos aprovados em plenária do núcleo e podem ser verificados nas atas dessas e nas listas dos procedimentos administrativos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2015.

LUIZA LINS VELOSO

DEFENSORA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COORDENADORA DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE HABITAÇÃO E URBANISMO